

Análise de inovação de produto dos editais de subvenção econômica ligados à micro e pequenas empresas (MPE's) do Amazonas.

Rafael Dantas de Oliveira (Universidade Federal do Amazonas-UFAM) rafaeldantasoliveira@gmail.com

Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Universidade Federal do Amazonas-UFAM)

ricardo.nogueira3001@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é de analisar as propostas de inovação do tipo de produto dos editais de subvenção econômica não reembolsável destinado à micro e pequenas empresas (MPE's) no Estado do Amazonas. A operacionalização dos programas de subvenção econômica não reembolsável comumente é realizada por meio de parcerias com agentes regionais, fundações de amparo à pesquisa, secretarias de estado e bancos de desenvolvimento com foco em MPE's. Tendo, no Amazonas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) seu principal proponente, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Para este trabalho serão utilizados dados e documentos oficiais publicados pela FAPEAM. A metodologia utilizada é de natureza exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, o método de análise é a pesquisa documental. Para obtenção dos resultados foram consultados editais, resultados, publicações e documentação dos programas. Os principais resultados foram que os tipos de inovações pretendidos são de produtos e de processos, sendo o de produtos com maior percentual sendo de 41,36% do total de recursos aprovados para aplicação nos projetos de inovação de todos os editais pesquisados e que está concentrado em 03 áreas específicas Tecnologia da informação e comunicação- TIC-s com maior participação sendo de 33,4%, Biotecnologia, biofármacos e biocosméticos com 21,8% e Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos.

Product innovation analysis of the notices of economic support linked to micro and small enterprises (MPE's) of Amazonas.

Abstract

The objective of this study is to analyze the type of product innovation proposals of economic subsidy notices nonrefundable for the micro and small enterprises (MSE's) in the State of Amazonas. The operationalization of economic subsidy programs is not refundable commonly performed through partnerships with regional actors, research support foundations, state secretariats and development banks focused on MPE's. Having, in the Amazon, the Foundation for the Amazonas State Research (FAPEAM) its chief proponent, with support from the Financier of Studies and Projects (FINEP). For this study data will be used and official documents published by FAPEAM. The methodology used is exploratory and descriptive nature of qualitative and quantitative approach, the analysis method is the documentary research. To obtain the results were consulted announcements, results, publications and documentation of programs. The main results were the types of innovations are intended products and processes, and the products with the highest percentage being 41.36% of the total funds approved for investment in innovation projects of all surveyed notices and is concentrated in 03 specific areas of information Technology and Communication with the largest share being 33.4%, biotechnology, biopharmaceuticals and biocosmetics with 21.8% and Products Food Inputs with Amazon.

Key-words: Micro and Small Enterprises Innovation product, economic grant, Amazonas.

1. Introdução

A dinamicidade na gestão contemporânea prova a cada dia a necessidade de renovação constante por parte das organizações em meio às rápidas mudanças ambientais

(WEERAWARDENA; MAVONDO, 2011). Como forma de acompanhar as transformações dos ambientes de negócios, as organizações optam por inovar e criam meios de manter um processo de inovação voltado à geração contínua de ideias de novos produtos e serviços inovadores.

No caso específico das Micro e Pequenas Empresas (MPE's), o processo de inovação ocorre por vias peculiares e exclusivas; Estas não recaem diretamente no uso intensivo de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de setores ou pessoas específicas para buscar e suportar inovações, mas sim por meio de práticas diárias com clientes ou no melhoramento dos processos, de forma que os pequenos empreendimentos se desenvolvem por meio da experimentação, aprendizagem e adaptação de tecnologias ou práticas (HIRSCH-KREINSEN, 2008).

De forma a estimular melhores condições de competitividade nacional os governos procuram incentivar o crescimento econômico por meio do desenvolvimento da inovação e, apoiando projetos de P&D com potencial para gerar elevadas taxas de retorno (FELDMAN; KELLEY, 2006).

No bojo deste objetivo, a Lei Federal nº 10.936/2004 (chamada Lei da Inovação) foi o regimento legal que previu o apoio à inovação nas empresas pela concessão de recursos financeiros em três modalidades distintas: subvenção econômica, financiamento e participação societária (BRASIL, 2004), no qual busca a diversificação da distribuição de incentivos à inovação em empresas de diferentes portes (micro, pequena, média e grande). Desta forma, esse sistema possui um percentual do recurso orçamentário destinado apenas às MPE's (MORAIS, 2008).

De acordo com estas considerações, esse trabalho tem por objetivo procura analisar os projetos que objetivam trazer uma inovação de produto dentre os editais de subvenção econômica e inovação aprovados no Amazonas, no contexto específico das MPE's. E o problema desta pesquisa: Quais os projetos aprovados de inovação de produto voltados as micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas?

2. Referencial teórico

Dentre os inúmeros conceitos relacionados à inovação pode-se entender como a criação de um produto, serviço ou processo novo faz parte de um processo muito mais amplo, no qual o conhecimento é recolhido e gerido de forma a ser traduzido em insumo dentro da cadeia de valor da inovação (ROPER; ARVANITIZ, 2012).

A acepção mais ampla e antiga do conceito de inovação, que aborda o fenômeno através de um prisma mais econômico, especificamente microeconômico, vem da visão histórica e das colocações onde é proposto por Schumpeter (1982, p.48 e 49):

Esse conceito [de inovação] engloba os cinco casos seguintes: 1) introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem. 2) introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido ante sou não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias –primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de

qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

Do ponto de vista de Drucker (2008) a inovação possui o papel de atribuição de novas capacidades aos recursos existentes na empresa para gerar riqueza. Inovação, para ele, é o instrumento dos empreendedores, o processo pelo qual se explora a mudança como uma oportunidade para diferenciar-se, agregar valor e crescer economicamente.

Ainda conceituando inovação e segundo o Manual de Oslo inovação é:

Implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas" (OECD, 2005, p. 55).

Entendendo que a inovação percorre um processo de transformações no ambiente empresarial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em conjunto com a Comissão Europeia criaram um documento, conhecido como o Manual de Oslo que objetiva, de modo geral, auxiliar na mensuração e interpretação de dados sobre ciência, tecnologia e inovação (OCDE, 1992) e expor diretrizes para pesquisadores guiarem suas pesquisas e procedimentos metodológicos.

A primeira edição do Manual (OCDE, 1992; 1997) esteve centrada em inovações tecnológicas em produto e processo (TPP), sendo compreendidas por mudanças totalmente novas ou aperfeiçoamentos significativos nas potencialidades de produtos (inovação produto) ou nos métodos de produção e distribuição (inovação processo).

A partir deste marco uma variedade de estratégias e métodos de diferenciação foi desenvolvendo-se gradualmente e exponencialmente levando, assim, a novas áreas de inovação. Então a partir de uma terceira versão criou-se uma definição mais atualizada para os tipos de inovação onde se pode observar um conjunto maior de inovações possíveis:

- a) Inovação em Produto: introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne às suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais (OCDE, 2005, p.57);
- b) Inovação em Processos: implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares (OCDE, 2005, p.58);
- c) Inovação em Marketing: implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou fixação de preços (OCDE, 2005, p. 59);
- d) Inovação Organizacional: implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas (OCDE, 2005, p.61).

Tal situação remete a ocorrência de diferentes tipos de inovação, bem como a necessidade de identificá-los numa percepção de melhorias e oportunidades possíveis. As ações e impactos da inovação se ampliam para além das atividades comuns à P&D e abrange novas formas de se pensar em bens e serviços.

2.1 Programas de subvenção econômica e apoio à inovação

O contexto histórico de Ciência, Tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil até a década de 1950 não se podia afirmar a existência de um apoio institucional em prol da ciência e tecnologia no Brasil; a partir de 1951 a ciência e a tecnologia tornam-se um tema oficial da agenda do governo e do Conselho Nacional de Pesquisa (renomeado de CNPq em 1978) assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram fundados nessa época (AUCÉLIO & SANT'ANA, 2006).

No que tange a evolução das políticas de CT&I e desenvolvimento no Brasil, Viotti (2008) caracteriza esse esforço em três diferentes fases: 1. A primeira fase: que se estendeu desde o pós-guerra até aproximadamente o ano de 1980 caracteriza-se como a fase da busca do desenvolvimento por intermédio do crescimento ou da industrialização extensiva; 2. A segunda fase: corresponde a aproximadamente às duas últimas décadas do século 20, foi marcada pela busca da eficiência, por intermédio da liberação das forças do mercado, como a forma de assegurar o desenvolvimento brasileiro; 3. A fase atual: inicia-se aproximadamente na virada para o século 21, onde o país busca um novo tipo de desenvolvimento. Tem início um processo de revalorização das políticas públicas como ferramenta necessária ao desenvolvimento, todavia não há uma ruptura com a valorização dos mecanismos de mercado como instrumentos do desenvolvimento, como também, não há tentativas de retorno às políticas de desenvolvimento características do período de substituição de importações.

Esse novo cenário é vocacionado para a promoção da inovação nas empresas no País e tem na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, seu principal agente. Estas leis intensificaram e aperfeiçoaram a relação entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. A partir de meados da década de 2000 a FINEP lançou diversos programas e chamadas públicas para apoio às empresas (CAVALCANTE, 2011).

Segundo informações do sítio eletrônico da FINEP (2016) o marco regulatório que viabiliza a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei 10.973, de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 2005 (chamada LEI DA INOVAÇÃO), e da Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto no. 5.798 de 07 de junho de 2006 (chamada LEI DO BEM).

Via subvenção econômica o suporte financeiro, instituída pela Lei de Inovação, segundo Moraes (2008, p. 19) “consiste na concessão direta de recursos financeiros não reembolsáveis às empresas, para a cobertura de despesas de custeio de projetos de PD&I de produtos e de processos inovadores”.

Para Rapini, Silva e Schultz (2010), ainda existem ausências, em todos os mecanismos de apoios financeiros, sobretudo nos não reembolsáveis, de uma metodologia de avaliação dos resultados, não em termos do sucesso ou insucesso das propostas, mas da real assimilação de conhecimento e internalização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas contempladas com o financiamento.

Desta forma, ainda persiste a necessidade de se ampliar formas para incentivar as MPE's nos seus processos inovativos, tornando-as mais maduras em termos de desenvolvimento e competitividade em ambientes de negócios cada vez mais disputados.

2.2 Micro e pequenas empresas no Amazonas e inovação

O desenvolvimento econômico pode ser fortemente influenciado pela estrutura produtiva das regiões, e as MPE's podem contribuir com uma parcela significativa para esse processo. No caso brasileiro, em que existe uma predominância dessas empresas no setor industrial e

comercial da economia.

A participação dessas empresas na dinâmica econômica apresentou na década de 1990 uma forte ampliação, fato ainda muito discutido na ciência econômica. Mas o que se tem de concreto é que a maior parte da estrutura industrial brasileira é formada pelas MPE's, segundo dados do SEBRAE (2015).

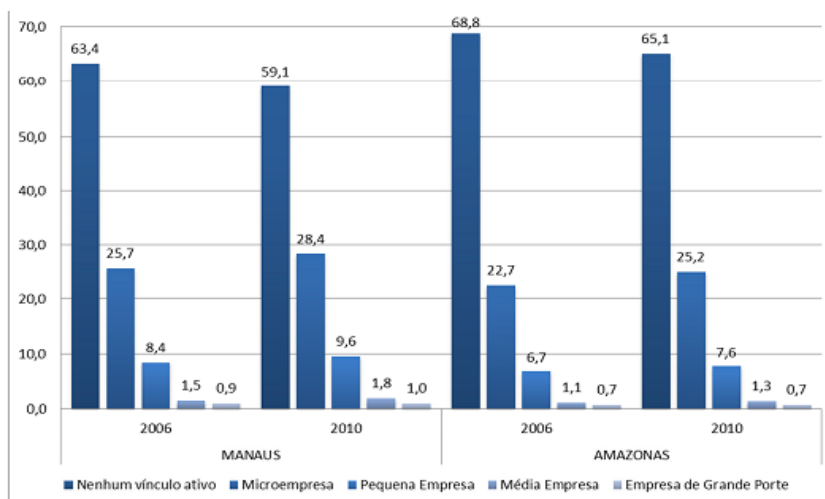


GRÁFICO 1 - Distribuição estabelecimentos privados, segundo porte (em %) Amazonas e Manaus 2006 e 2010
Fonte: RAIS, TEM – DIEESE, Observatório do Mercado de Trabalho de Manaus 2011.

A partir dos dados no gráfico 1 do estudo do Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE (2011) observa-se que na análise de vínculos trabalhistas de 2006 e 2010, por porte de empresas, houve grande participação das MPE's e se faz perceptível a evolução nos números das mesmas no contexto econômico no Estado do Amazonas, onde em 2006 a participação foi de 27,4% elevando-se em 2010 para 32,8%. Especificamente em Manaus em 2006 possuía um total de 34,1% e em 2010 chegou a 38%.

Significando grande responsabilidade pela capacidade empregadora da maior parte da população economicamente ativa. De forma que se faz necessário mensurar mais alguns dados que demonstram o cenário das MPE's no Estado do Amazonas.

TABELA 1
Quantitativo de Micro e Pequenas Empresas

Número e Distribuição dos estabelecimentos por porte 2013				
	Micro e Pequena	Total em %	Média e grande	Total em %
Brasil	6.629.879	99,00%	70.242	1,00%
Norte	245 462	98,60%	3 417	1,40%
Amazonas	47 267	97,90%	1 014	2,10%

Fonte: SEBRAE, Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014

Ao analisar apenas o quantitativo de empresas há o comparativo por porte demonstrado na tabela 01, pode-se notar a considerável participação das MPE's no cenário econômico local participando em 97,90% do total de empresas localizadas no Amazonas, sendo este dado menor que a média obtida no Norte apresentado por 98,60%, grande parte devido à concentração de grandes indústrias localizadas no Polo Industrial de Manaus (PIM), porém este índice ainda demonstra o um grande percentual de empresas de MPE's há no Estado do Amazonas.

Diante desse cenário, o incentivo às MPE's locais vem sendo desenvolvido e em escala crescente com a criação de várias formas para motivar as MPE's locais ao desenvolvimento e para participação em iniciativas de inovação, pode-se destacar as seguintes instituições que possuem objetivo, programas, ações e atividades alinhadas com esse foco em inovação, sendo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), SEPLANCTI, Núcleo de Apoio ao Empreendedor (NAE) e Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM).

3. Fundamentação Metodológica

Com relação à fundamentação deste trabalho optou-se pela pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos em que envolve verdades e interesses locais (GERHARDT, 2009, p.34).

Para atender ao objetivo deste trabalho utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa onde DALFOVO et al (2008) afirma que a conceituação qualitativa pode ser adaptada, conservando a ideia de que a pesquisa não envolve a quantificação de fenômenos, e pode ser associada com a coleta e análise de texto (falado e/ou escrito).

Na pesquisa documental, segundo Gil (2008), o foco está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

3.1 Coleta, tratamento e análise de dados

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental ao ser analisado os relatórios das atividades dos projetos de subvenção econômica já desenvolvidos pela FAPEAM, a partir do ano de 2004 até 2015 a fim de mapear os editais no estado do Amazonas.

Diante das considerações expostas optou-se pela adoção de critérios de seleção dos projetos e editais estudadas em virtude da necessidade de analisar melhor os sujeitos da pesquisa, definindo-se em: Editais exclusivamente de subvenção e econômica voltados à MPE's; Resultados divulgados e aprovados oficialmente por instituição executora; e editais e projetos realizados no estado do Amazonas.

Para tabulação inicial dos dados os mesmos foram organizados em uma matriz composta pelos principais dados objetivados na pesquisa como: edital, data, empresa, título do projeto, valor, área original do projeto e área a partir da adequação.

Neste trabalho utilizaram-se documentos (relatórios, editais e planilhas) que pudessem contribuir para a análise e caracterização dos projetos conforme objetivos da pesquisa, listados conforme quadro 02; todos os documentos estão disponibilizados pela FAPEAM em sua página eletrônica na internet.

DOCUMENTOS - EDITAIS			
Edital nº	Ano	Data	Edital
1	2004	04/02/2004	Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Empresas - PAPPE

7	2004	27/04/2004	Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Empresas - PAPPE- FASE II
1	2005	22/06/2005	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS – PAPPE
8	2008	18/06/2008	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA – PAPPE SUBVENÇÃO FINEP AMAZONAS.
17	2008	28/11/2008	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA – PAPPE SUBVENÇÃO FINEP AMAZONAS.
3	2011	12/04/2011	SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PAPPE INTEGRAÇÃO
25	2013	09/09/2013	SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MICRO E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO AMAZONAS – TECNOVA/AM
DOCUMENTOS - RESULTADO FINAL			
Ano	Data	Documento	
2006	19/09/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 081/2006	
2004	11/08/2004	Conselho Diretor - Decisão nº 042/2004	
2006	05/10/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 089/2006	
2006	07/06/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 034/2006	
2008	10/10/2008	Conselho Diretor - Decisão nº 123/2008	
2009	15/05/2009	Conselho Diretor - Decisão nº 041/2009	
2012	19/05/2012	Conselho Diretor - Decisão nº 074/2012	
2014	15/05/2014	Portaria 049/2014-GP/FAPEAM	
2014	29/04/2014	Conselho Diretor - Resolução nº 021/2014	

QUADRO 02 – Documentos analisados na pesquisa

Fonte: O autor (2016)

Neste sentido o trabalho analisou ao todo 07 (sete) editais, lançados a partir de 2004 até 2013, em que contemplaram o aporte financeiro inicial e total de R\$ 32.048.017,15 (trinta e dois milhões quarenta e oito mil, dezessete reais e quinze centavos) oficialmente publicados; compreendendo também o total de 147 (cento e quarenta e sete) projetos de organizações Amazonenses de micro e pequeno porte, de diferentes áreas de atuação.

Para este trabalho adotou-se os tipos de inovação do Manual de Oslo (OECD, 2005) como grade para definição das categorias, que Vergara (2012) expõe que neste tipo de grade as categorias são definidas *a priori*, com base na literatura, contudo são mutáveis, onde todos os elementos presentes nos dados coletados podem ser considerados, e integrar a criação de novas categorias.

Outra ressalva importante é de que a partir do levantamento e parametrização dos dados dos projetos pode-se identificar que alguns destes necessariamente não se classificavam como um dos tipos de inovação conceitualmente próxima de um dos 04 postulados pelo Manual de Oslo (OECD, 2005), a partir desta constatação foi estabelecido e criado mais 03 novas classificações dos tipos de projetos, conforme descrições: 1) Pesquisa: projetos que fosse essencialmente de pesquisas e desenvolvimento de insumos, produtos, que não se configuravam diretamente como um produto ou serviço específico e que tivesse um foco no exame ou investigação; 2) Credenciamento: englobam os projetos de objetivaram credenciamento, licenciamento, avaliação de insumos e/ou produtos específicos; e 3) Não identificado: são projetos que não obtiveram base de classificação dos tipos de inovação definida, grande parte por não ter informações dos objetivos principais do mesmo.

Quanto à manipulação e tratamento utilizou-se de softwares específicos como o R version 3.3.0 e com suporte realizado com Microsoft Excel. Desta forma, oportunizou-se realizar análises variantes dos editais, áreas e por fim dos tipos de projetos.

4. Resultados e discursões

Frisa-se que tal categorização procurou estabelecer os tipos de inovação predominante no

objetivo divulgado do projeto, o que não exclui a possibilidade de um projeto poder abranger dois tipos de inovação simultaneamente, entretanto para este trabalho optou-se por escolher apenas um tipo de inovação predominante para cada projeto.

O gráfico 02 procura demonstrar a distribuição nos tipos de inovação pretendidos nos projeto aprovados para subvenção, de todos os editais analisados.



GRÁFICO 02- Distribuição do tipo de inovação nos projetos aprovados

Fonte: Elaboração do autor.

Observando-se o gráfico 02 é notória a concentração dos tipos de inovação em apenas duas classificações: a de produto e a de processo, somados o total das duas abrangem cerca de 74% dos projetos contemplados, seguidos dos tipos de inovação de marketing com 9% e do tipo organizacional com 4%.

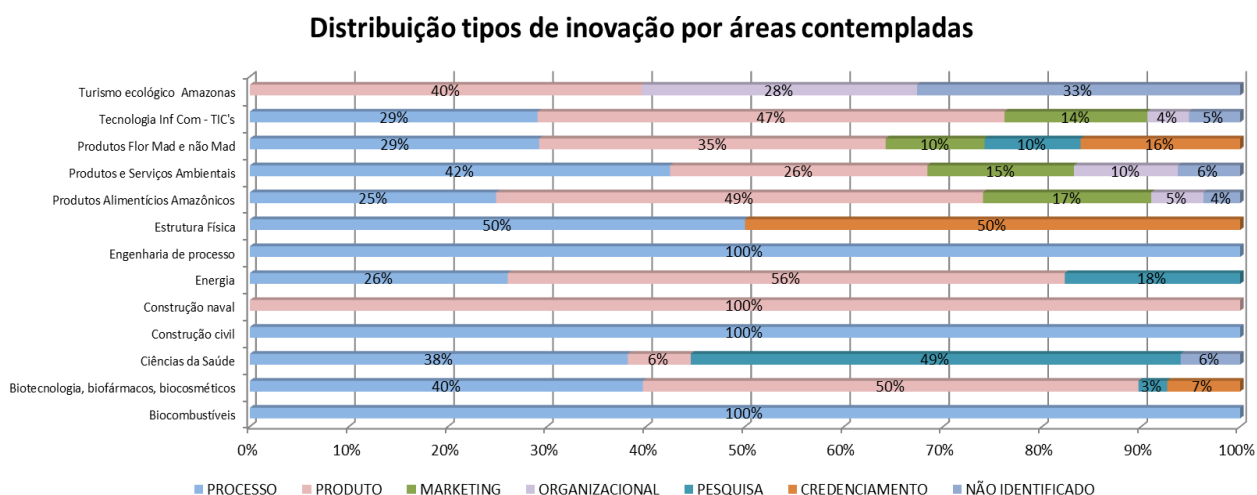


GRÁFICO 03- Distribuição do tipo de inovação por área do projeto

Fonte: Elaboração do autor.

Destaca-se, também, os benefícios e malefícios da concentração, por um lado os tipos de inovação em processos e em produtos tendem a um desenvolvimento e resultados significativos, por outro lado os tipos de inovações em marketing e organizacional poderiam trazer resultados diferenciados. Vistos que de acordo com Roper e Arvanitiz (2012) o processo de inovação envolve muito mais do que o desenvolvimento de produtos e serviços,

envolve também a exploração de algumas oportunidades específicas. Tais oportunidades requerem um conjunto de atividades inovadoras que englobem a criatividade organizacional, criação e entrega de produtos/serviços/processos, gestão de recursos, oportunidades de reconhecimento e estratégias para clientes, a fim de possibilitar práticas coordenadas de criação de uma ideia, avaliação, aceitação, adoção, difusão e comercialização (ALSAATY, 2011).

A partir do gráfico 03 fica perceptível a predominância dos tipos de inovação de processo e produto dentro da distribuição de áreas contempladas em todos os editais; cabem algumas ressalvas específicas das áreas de estrutura física que conta com metade de sua participação em credenciamento e a área de ciências da saúde que contempla 49% referente à pesquisas não ligadas diretamente ao desenvolvimento de uma inovação dentre as 04 classificações de Oslo (OECD, 2005).

TIPO DE INOVAÇÃO – ÁREAS	TOTAL VALORES	%	
CREDENCIAMENTO	R\$ 846.174,31	100%	3,47%
Biotecnologia, biofármacos e biocossméticos	R\$ 323.317,00	38,2%	
Estrutura Física	R\$ 200.000,00	23,6%	
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 322.857,31	38,2%	
MARKETING	R\$ 2.322.833,86	100,0%	9,53%
Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos	R\$ 641.011,99	27,6%	
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 450.616,21	19,4%	
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 199.840,00	8,6%	
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 1.031.365,66	44,4%	
NÃO IDENTIFICADO	R\$ 896.972,66	100,0%	3,68%
Ciências da Saúde	R\$ 47.214,00	5,3%	
Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos	R\$ 139.503,80	15,6%	
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 191.000,00	21,3%	
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 369.236,86	41,2%	
Turismo ecológico e rural nas mesoregiões do Amazonas	R\$ 150.018,00	16,7%	
ORGANIZACIONAL	R\$ 946.317,56	100,0%	3,88%
Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos	R\$ 199.211,04	21,1%	
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 319.564,84	33,8%	
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 299.550,88	31,7%	
Turismo ecológico e rural nas mesoregiões do Amazonas	R\$ 127.990,80	13,5%	
PESQUISA	R\$ 860.135,00	100,0%	3,53%
Biotecnologia, biofármacos e biocossméticos	R\$ 126.640,00	14,7%	
Ciências da Saúde	R\$ 388.560,00	45,2%	
Energia	R\$ 150.495,00	17,5%	
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 194.440,00	22,6%	
PROCESSO	R\$ 8.424.017,39	100,0%	34,56%
Biocombustíveis	R\$ 217.905,38	2,6%	
Biotecnologia, biofármacos e biocossméticos	R\$ 1.740.747,78	20,7%	
Ciências da Saúde	R\$ 299.679,14	3,6%	
Construção civil	R\$ 374.565,00	4,4%	
Energia	R\$ 221.421,50	2,6%	
Engenharia de processo	R\$ 477.324,42	5,7%	
Estrutura Física	R\$ 199.950,00	2,4%	
Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos	R\$ 938.419,06	11,1%	
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 1.291.403,68	15,3%	
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 585.472,38	7,0%	
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 2.077.129,05	24,7%	
PRODUTO	R\$ 10.081.654,11	100,0%	41,36%
Biotecnologia, biofármacos e biocossméticos	R\$ 2.195.791,03	21,8%	
Ciências da Saúde	R\$ 50.000,00	0,5%	
Construção naval	R\$ 459.018,98	4,6%	
Energia	R\$ 478.466,00	4,7%	
Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos	R\$ 1.854.906,68	18,4%	
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 791.232,75	7,8%	
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 701.443,03	7,0%	
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 3.368.795,64	33,4%	
Turismo ecológico e rural nas mesoregiões do Amazonas	R\$ 182.000,00	1,8%	
TOTAL GERAL	R\$ 24.378.104,89		100%

QUADRO 03 – Distribuição de valores por tipo e áreas de inovação

Fonte: O autor (2016)

Quanto à aplicação de recursos nos tipos de inovação classificados, acompanhando a quantidade de projetos aprovados, a concentração, também de recursos, encontra-se nas inovações do tipo de produto e de processos, correspondendo a 75,92% do total; as inovações do tipo marketing e organizacional compõe apenas 13,41%, com ressalva para os valores das diferenças entre os valores aplicados para inovação tipo marketing e para inovação do tipo organizacional; e as demais classificações somadas contam com 10,67%. Sintetizados no quadro 03.

Para ter-se uma visão geral dos aportes por área e tipos de inovação classificados pode-se notar que o quadro 03 procura demonstrar os maiores investimentos e áreas que careceram de maiores investimentos para desenvolvimento. Observa-se a variedade maior de áreas nos tipos de inovação em produtos e processos e em contraste o tipo de inovação organizacional com pouca variedade de áreas.

A partir do quadro 03, também, pode-se constatar a concentração do montante de recursos destinados à inovação do tipo de produto possuiu maior aporte, contanto com mais de 10 milhões aplicados ao longo dos editais e projeto analisados, correspondendo ao total de 41,36%, sendo quase a metade de todos os recursos aprovados.

Cabe o destaque para as três principais áreas contempladas sendo: Tecnologia da informação e comunicação- TIC-s com maior participação sendo de 33,4%, Biotecnologia, biofármacos e biocosméticos com 21,8% e Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos com 18,4%, demonstrando assim a vocação destes projetos e ideias de produtos ligados às áreas correlatas com as potencialidades locais.

5. Conclusão

Este trabalho procurou atingir seu objetivo principal de “Analisar tipos de inovação de produto dos projetos de subvenção econômica ligados às micro e pequenas empresas (MPE’s) do Amazonas”; diante das análises perpetradas no trabalho, pode-se concluir que as MPE’s do Amazonas contam com um instrumento de grande valia para desenvolvimento de inovações em diversas áreas, mesmo que carecendo de melhorias. A principal característica para melhora, se dá na amplitude e variabilidade de áreas, ainda limitadas, por vários motivos. Tal situação fica perceptível na concentração não só nas áreas de atuação dos projetos, como também nos tipos de inovação pretendidos pelos projetos, concentrados nos tipos de inovação de produto e processo.

No que tange ao tipo de inovação de produto, nota-se que é a inovação que mais recebe aporte de recursos e que tem maior variabilidade entre todos os editais desde 2004 à 2015. Sendo assim a principal inovação percebida nos levantamentos realizados.

Considera-se como principal contribuição desta pesquisa a possibilidade de que os resultados obtidos, as classificações dos projetos nos tipos de inovação e a delimitação das áreas de atuação possam contribuir para o aprimoramento do conhecimento e para compreensão das relações entre os temas de MPE’s e projetos de inovação no Amazonas.

De forma esperada, além das informações apresentadas, a pesquisa demonstra limitações. Uma das principais se relaciona ao fato de ter sido realizado um estudo a cerca apenas dos editais voltados à MPE’s lotadas no Estado do Amazonas, o que não permite a comparação com demais iniciativas em outras regiões do País. Tal opção permitiria comparações de informações de valores, áreas e tipos de inovações pretendidas em outras regiões.

Referências

- ALSAATY, F. M.** *A model for building innovation capabilities in small entrepreneurial firms.* Academy of Entrepreneurship Journal, vol. 17, n. 1, 2011.
- AUCÉLIO, J. G.; SANT'ANA, P. J. P. de.** *Trinta anos de políticas públicas no Brasil para a área de Agricultura.* Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 23, p.252-268, 2006.
- BRASIL.** *Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CAVALCANTE, L.R.** *Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil.* Radar-Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília: IPEA, n.13. 2011.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia.** *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.* Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.
- DIEESE- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS.** *Perfil das Micros e Pequenas Empresas no Município de Manaus, Termo de Contrato N°. 005/2011 SEMTRAD e DIEESE.* São Paulo, 2011.
- DRUCKER, P.F.** *Inovação e Espírito Empreendedor.* 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
- FAPEAM - Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação – 001/2010a.** Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- _____. **FAPEAM – Catálogo da Inovação.** Disponível em: < <http://www.fapeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/CATaLOGO-DE-INOVAcaoO-FAPEAM-final-para-impressao-11-de-novembro-de-2015.pdf?052fd7> >. Acesso em: 10 fev. 2016.
- FELDMAN, M.P.; KELLEY, M.R.** *The ex ante assessment of knowledge spillovers: government R&D policy, economic incentives and private firm behavior.* Research Policy, V. 35, p. 1509–1521, 2006.
- FINEP-** Financiadora de Estudos e Projetos. Subvenção econômica. Disponível em: < <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/instrumentos-de-apoio/subvencao-economica> > Acesso em: 16 fev. 2016.
- GARCIA, Junior Ruiz.** *A importância dos Instrumentos de Apoio à Inovação para Micro e Pequenas Empresas para o Desenvolvimento Econômico.* Revista FAE, Curitiba, v.10, n.2, p.131-144, jul./dez. 2007.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.** *Métodos de pesquisa Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.* – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009
- GIL, A. C.** *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HIRSCH-KREINSEN, H.** *Low-tech innovations.* Industry and Innovation, vol. 15, n. 1, pp. 19–43, 2008.
- LUECKE, R.,** 2003, *Managing Creativity and Innovation.* Boston/USA: Harvard Business School Press.
- MORAIS, J. M.** *Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos Constitucionais de Financiamento.* In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). *Políticas de Apoio à Inovação Tecnológica no Brasil.* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 1, 2008. p. 389-433.
- OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT,** 2005, *Oslo manual: the measurement of scientific and 94 technological activities.* 3. ed. Paris: OECD. Traduzido pela FINEP. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>> Acesso em: 27 Out. 2015.

RAPINI, M. S., SILVA, L., & SCHULTZ, S. (2010). *Instrumentos financeiros de apoio à inovação: como é a participação das empresas mineiras*. Anais do Seminário sobre a Economia Mineira, 14.

ROPER, Stephen; ARVANITIZ, Spyros. *From knowledge to added value: A comparative, panel-data analysis of the innovation value chain in Irish and Swiss manufacturing firms*. Research Policy, vol. 41, pp. 1093-1106, 2012.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, Abril Cultural. 1982.

SEBRAE. *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2015.

SEPLANCTI- Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – IDEA - Indicadores de Desempenho do Estado do Amazonas. Manaus-AM. 2015. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/pagina.php?cod=253>> Acesso em: 30 out. 2015.

SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus. *PIM fecha 2014 com faturamento de R\$ 87,2 bilhões*. Manaus-AM, 2015. Disponível em: < http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=16896> Acesso em: 16 fev. 2016.

TIDD, J.; BESSANT, J. *Gestão da Inovação*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VIOTTI, E. B. *Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios as políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação*. In: CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras*. Brasília: CGEE, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WEERAWARDENA, J.; MAVONDO, F. T. *Capabilities, innovation and competitive advantage*. Industrial Marketing Management, vol. 40, pp. 1220-1223, 2011.